

# COMISSÃO

## DECISÃO DA COMISSÃO

de 21 de Abril de 1993

relativa à composição do código a utilizar nas marcas auriculares de bovinos

(93/317/CEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia,

Tendo em conta a Directiva 92/102/CEE do Conselho, de 27 de Novembro de 1992, relativa à identificação e ao registo de animais <sup>(1)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 2, alínea a), do seu artigo 5.º,

Considerando que o código a utilizar deve permitir que cada bovino seja identificado individualmente e que sejam identificados o seu Estado-membro e exploração de origem; que deve ser utilizado um código de duas letras para identificar cada Estado-membro;

Considerando que a exploração de origem pode ser identificada por um número ou uma série de números únicos para cada exploração; que cada autoridade competente deve escolher o sistema de numeração para as explorações sob seu controlo; que o código deve ser completado por números ou letras que identifiquem cada animal;

Considerando que as medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Veterinário Permanente,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

### Artigo 1.º

1. O código de uma marca auricular de bovino deve iniciar-se com as letras que identificam o Estado-membro de origem, segundo a seguinte correspondência:

|               |    |
|---------------|----|
| Bélgica       | BE |
| Dinamarca     | DK |
| França        | FR |
| Alemanha      | DE |
| Grécia        | EL |
| Irlanda       | IE |
| Itália        | IT |
| Luxemburgo    | LU |
| Países Baixos | NL |
| Portugal      | PT |
| Espanha       | ES |
| Reino Unido   | UK |

2. O código deve ser completado por uma série de números e/ou letras que tornem possível identificar cada animal individualmente juntamente com a exploração em que nasceu.

### Artigo 2.º

Os Estados-membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 21 de Abril de 1993.

*Pela Comissão*

René STEICHEN

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO nº L 355 de 5. 12. 1992, p. 32.